

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*)

DELORME (Jean). — *As grandes datas da humanidade*. — Tradução de Pedro de Alcântara Figueira. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1969. 398 páginas.

Se é bem verdade que a História não deve ser apenas datas, é bem verdade igualmente que ela não pode prescindir das datas, pois são elas que nos dão a noção de tempo e esta noção de tempo é tão importante em história quanto a noção de quantidade em matemática ou de espaço em Geografia. Daí a Cronologia ser uma valiosa auxiliar da História. Daí o interesse de guias cronológicos, como este que vem de ser publicado pela Difusão Européia do Livro. O objetivo da obra de Jean Delorme — é ele próprio quem o diz — não é oferecer uma história de cada um dos períodos considerados, tampouco dar a sua cronologia, ainda que sob forma abreviada. Mas, combinando os dois gêneros, ressaltar os elementos essenciais. “Da cronologia, conservei a enumeração dos fatos na sua ordem de sucessão. O relato histórico retoma seus direitos nos comentários que a acompanham”. De sua explicação, depreende-se que a intenção do autor foi a de fornecer alguma coisa diferente, leve na aparência mas densa em informações, algo assim como uma síntese do caminho percorrido pelo homem durante os seus últimos cinquenta séculos de existência. E isto quase à maneira de um registro, sem se estender em exaustivas narrações e considerações históricas através de inúmeros volumes, mas preferindo sopesar a natureza e a importância dos vários acontecimentos, de modo a destacar os de maior relêvo, esclarecendo-nos as causas e os efeitos, o meio e a circunstância que os viram nascer e se desenvolver, pois do contrário “não teria o leitor senão um repertório desprovido de vida” e em desacôrdo com as exigências da ciência histórica como a compreendemos hoje. Cumpre ressaltar que a presente obra, tal como editada pela Difusão Européia do Livro, reúne quatro pequenos livros publicados separadamente pelas Presses Universitaires de France em sua conhecida coleção “Que sais-je” *Les grandes dates de l'Antiquité* (vol. 1013), *Les grandes dates du Moyen Âge* (vol. 1088), *Les grandes dates des temps modernes* (vol. 1147) e *Les grandes dates de l'époque contemporaine* (vol. 1192). Não só ao editor deve ter parecido mais útil reuni-los num volume, mas também ao estudante, que igualmente se beneficiará deste valioso empreendimento editorial.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

RODRIGUES (José Honório). — *A pesquisa histórica no Brasil*. Segunda edição revista e aumentada. São Paulo. Editora Nacional. 284 páginas. Coleção Brasileira, formato grande, nº 20.

O que José Honório Rodrigues nos oferece com este volume é praticamente um novo livro, tantas as modificações com relação ao pequeno livro editado

(\*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

em 1952 pelo Ministério da Educação. Aliás, êle o diz no prefácio, ao dar ciência dessas modificações: “Modifiquei as noções preliminares, enfrentando novas definições muito difíceis, que espero possam atender especialmente ao espírito da mocidade estudiosa. Fiz acréscimos ao capítulo sôbre a evolução da pesquisa, sendo novos os números 10, 13, 14, 16 a 18 e 35 a 41. Incluí um capítulo retirado da *Teoria da História do Brasil*, “As fontes históricas”, desenvolvendo-o em capítulo dêste livro denominado “Os instrumentos do trabalho histórico”, que o contém e muito mais. Espero que êste nôvo capítulo seja bastante informativo e sirva como um guia para o professor e para o estudante que se inicia na pesquisa. Condensei a parte final sôbre o Instituto de Pesquisa Histórica e incluí alguns anexos, contendo sumários de arquivos e coleções”. Há muito esperávamos por êste livro, tanto mais que as Faculdades de Filosofia estão cada vez mais interessadas no campo da pesquisa, como complemento necessário à formação de licenciados em História. E a obra de José Honório Rodrigues, tanto quanto a *Teoria*, igualmente reeditada na mesma coleção, será de consulta obrigatória para todos os que desejarem trabalhar com a história brasileira. O autor anuncia uma *Historiografia* (*História da História Brasileira*) em vias de conclusão. Pelas amostras que dêsse seu trabalho já temos tido em algumas publicações avulsas, podemos esperar seja mais uma dessas obras imprescindíveis na biblioteca de um professor de História.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

\*

GODINHO (Vitorino Magalhães). — *Ensaio II. Sôbre História de Portugal*. Livraria Sá da Costa Editôra, Lisboa, 1968.

Renovar a historiografia portuguesa constitui a preocupação básica do Autor. Nesse sentido, o livro engloba uma série de trabalhos nos quais o Professor Godinho discute e demonstra formas de abordagem para a História portuguesa. Apesar de considerar Portugal em particular, êle vai além, mostrando a necessidade de libertar o enfoque histórico de seu país de uma tendência apologética e tradicionalista, que o considera como algo isolado do mundo, tendência que leva à persistência de erros e à deformação da realidade.

A posição do autor é bastante objetiva e pode ser sintetizada nos seguintes termos: a historiografia de Portugal precisa ser estudada mediante uma atitude científica, não mais cabendo publicações de documentos ao acaso e produções literárias onde o passado “freqüentemente serve de pretexto (nem ao menos de tema) à retórica balofa, de adjetivação em fogo de artifício, e consubstancia-se em uns tantos mitos forjados *ad-hoc* para justificar opções presentes, sem qualquer fundamentação de pesquisa efetiva” (pág. VIII).

Essa atitude dos historiadores portugueses tem levado estudiosos estrangeiros — Mauro, Boxer e Albert Silbert — a ocuparem-se a sério do passado português. O Professor Godinho não invalida essa atuação e propõe mesmo que se “abra o país aos intensos movimentos da cultura atual” (pág. XI), o que possi-

bilitará a análise do caso português sob uma perspectiva universal. Adverte também, que “não teremos investigadores em ciências humanas caso se acomodem de entorses cívicas, sacrifiquem às benesses de carreira e não lhes seja garantida a atmosfera de perfeita isenção perante tôdas as ordens e pressões. A independência sem subterfúgios do investigador e do professor é a condição iniludível, *sine qua non*, dêsse esforço científico absolutamente indispensável para que Portugal esteja no tempo presente” (pág. XI).

O trabalho de renovação, visível em todo o volume, traz o impacto inicial da negação da forma tradicional e acomodada da periodização na história portuguesa. A abordagem por dinastias e reis constitui norma utilizada “desde longa data até muito recentemente” (pág. 4). Esse critério deformizante destinado a evidenciar personagens, se cabia à história encomendada por reis, não mais se justifica atualmente, porque abstrair-se da existência do povo, chamando-o nação, com aspirações interpretadas e coincidentes com as dos seus governantes, não pode ser considerada atitude científica. “O critério é, pois, distribuir as épocas cronológicas pelas transformações essenciais da sociedade” (pág. 5).

Godinho discute a periodização adotada por Herculano, Oliveira Martins e Damião Peres entre outros (perspectiva dinástica), e a idéia de ciclo, preferida por Lúcio de Azevedo, e conclui, “no estado atual da pesquisa em nosso País não é possível assentar sem arbitrariedade uma divisão da história de Portugal em períodos” (pág. 11).

Adotando a “ferramenta moderna de estrutura e complexo histórico-geográfico” êle propõe “estudar a sociedade portuguesa através dos tempos, não apenas nas suas formas jurídicas mas sim na sua existência coletiva tal como é na realidade, procurando rastrear as relações fundamentais que definem estruturas sucessivas; desenhar as correspondentes configurações espaciais, numa perspectiva de geografia dinâmica que dê as proporções de forças em ação, suas áreas de incidência, vectores das maneiras de sentir e pensar coletivas (globais ou de grupo), de modo a caracterizar mentalidades e grandes revoluções psicológicas” (pág. 11).

O Autor evidencia essa posição nos artigos componentes do volume, sendo que a simples menção de alguns títulos basta para ilustrar sua preocupação básica: “A evolução dos complexos histórico-geográficos”, “Finanças públicas e estrutura do Estado” e “Flutuações econômicas e devir estrutural do século XV ao século XVII”.

Como esforço para repensar os problemas portugueses, o trabalho “Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da história da expansão”, apresenta bastante interesse. Nêle o Autor reconhece que a historiografia portuguesa sobre a expansão é de cunho propagandístico, resultante talvez, de uma reação à omissão da historiografia estrangeira quanto à importância da atuação dos portugueses. Constatando essas perspectivas diferentes — a nacional e a estrangeira — êle conclui ser uma anomalia pois, “a história é um sistema de conhecimentos universalmente válidos, como um teorema algébrico ou geométrico, uma lei física ou biológica ou psicológica, não são verdadeiros ou falsos consoante as crenças, os partidos políticos, os meios sociais dos indivíduos, mas sempre verdadeiros, assim também a história é a mesma e não pode ser diferente para alemães e chineses, brâmanes

protestantes, conservadores e liberais” (pág. 68). Cumpre, portanto, adotar “o ponto de vista universal” para o estudo de uma questão.

Após essa conceituação de caráter geral, êle particulariza seu enfoque para a compreensão da expansão portuguesa. Sua crítica é construída a partir de uma recente coleção de trabalhos de Joaquim Bensaúde: *A Cruzada do Infante D. Henrique*. Entre vários pontos enfatizados e discutidos, destaca-se a conceituação de “espírito de cruzada”, reconhecido por inúmeros historiadores, como móvel do processo de expansão iniciado por D. Henrique. Sua crítica nesse ponto incide em dois sentidos: a expansão subordinada a D. Henrique — “reduzir um movimento histórico às intenções dos dirigentes é já de si inadmissível, quanto mais reduzi-lo a um único dirigente” (pág. 80); e o espírito de cruzada como único móvel da expansão — por ser “esta expressão das mais equívocas, encerrando conteúdo variadíssimo e ligando-se a muitas outras noções” (pág. 73). E prossegue, “o primeiro ponto a ter em conta é que as Cruzadas constituem unicamente um aspecto de um movimento mais vasto, a expansão europeia do século XI ao século XIII” (pág. 81). Através de uma discussão bastante interessante, Godinho coloca “o espírito de Cruzada” dentro do contexto dos movimentos expansionistas europeus e conclui, “do mesmo modo que a aceitação das causas econômicas e sociais da expansão não implica a motivação econômica da conduta dos dirigentes, assim também a aceitação do espírito de Cruzada como motivação da conduta dos dirigentes não implica a rejeição das causas econômicas das navegações e conquistas” (pág. 84).

Em resumo, o Autor reconhece que para a perfeita compreensão da expansão portuguesa faz-se necessário “o aprofundamento e alargamento eruditos, o conhecimento nítido dos ambientes asiático e africano, das condições internacionais, dos outros expansionismos e a realização da síntese erudita e histórica segundo os métodos e orientação modernos da historiografia, recorrendo primacialmente às diretrizes da sociologia e também da psicologia histórica, com noção bem distinta da natureza da explicação histórica” (pág. 96).

O pesquisador em história da expansão ibérica pode se congratular por dispôr, através da presente coletânea, de alguns dos principais artigos do Professor Vitorino Magalhães Godinho, antes dispersos. Resultam, todos êles, de pesquisas sólidas e inspiradas que, por certo, estão nas bases de uma revisão da História de Portugal.

M. STELLA M. BRESCIANI

\* \* \*

LINS (Ivan). — *Tomás Morus e a Utopia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1969. 120 páginas.

Tomo emprestado a um filme exibido há algum tempo o título para esta nota — “O homem que não vendeu a alma”. Não vi o filme. Mas, parodiando o que dizia o saudoso Oswald de Andrade quando lhe perguntaram acerca de determinado livro, creio que posso dizer: “Não vi e não gostei”. Talvez esteja cometendo uma injustiça, mas o que me levou a não querer ver um filme sobre

Tomás Morus foi precisamente o fato de gostar muito do autor da "Utopia". Tenho medo quando o cinema anuncia filmes sobre os "santos da minha devoção": Francisco de Assis, Joana d'Arc, Erasmo, Bach, Mozart, Beethoven... Entre eles poria o "homem que não vendeu a alma". Todavia, posso dizer: não vi o filme, mas li o pequeno livro de Ivan Lins. Pequeno, só porque tem pouco mais de cem páginas e foi editado em formato de bolso. Mas grande no valor e no conteúdo, como tudo o que vem da pena do ilustre escritor. Resultou de três conferências comemorativas do quarto centenário da morte de Tomás Morus, realizadas, uma na Associação Brasileira de Educação, e duas na Academia Brasileira de Letras. Escrito em 1935, em muitas de suas páginas — lembra o autor — "refletem-se as questões sociais que, sob metamorfoses diversas, ainda incandescem o pensamento político de nossos dias, motivo pelo qual não perdeu a sua atualidade". E ainda com a circunstância de ser o único estudo, em português, até hoje especialmente consagrado ao autor da *Utopia*. Para esta segunda edição, adverte, ainda, o autor, o texto foi cuidadosamente revisto e corrigido.

Tenho acompanhado com interesse e simpatia a obra literária de Ivan Lins, desde seus escritos sobre a Idade Média. (Posteriormente travei conhecimento com alguns de seus trabalhos anteriores). Agradou-me sua visão positivista da Idade Média. Insisto no termo, embora talvez possa não ser muito correto: visão positivista. Não por teimosia, mas por justiça. Com efeito, quero crer que Augusto Comte foi, em plena era cientificista, o primeiro a reinterpretar e, por conseguinte, a revalorizar a tão caluniada Idade Média. E o pensador de Montpellier, com aquela sua tão privilegiada inteligência e acuidade, ao procurar com tão alta sabedoria interpretar o processo histórico da Humanidade, encontrou na Idade Média um dos seus pontos de apoio. Mas não é só com relação à Idade Média: Começa-se a "descobrir", mesmo fora dos arraiais positivistas, o profundo sentido de mundividência de Augusto Comte. Sentido este, que o espírito tão "erasmico" de Ivan Lins tem sabido compreender e transmitir em todos os seus escritos: Idade Média, Dante, Erasmo, Tomás Morus... E como certamente saberá compreender outros sobre quem está escrevendo e brevemente, espero, publicará. Não escondo minha curiosidade em torno dos livros que Ivan Lins anuncia sobre Jefferson, Francia, Shakespeare, Bacon, José Bonifácio e Bergson.

No exemplar de *Tomás Morus e a Utopia* que a nímia gentileza de Ivan Lins me dedicou, o autor formulou votos para que eu me tornasse, também, um devoto do escritor inglês. Meu caro Ivan Lins: há muito já o sou. Que o digam os meus alunos da Cadeira de História das Idéias Políticas de um instituto universitário em que leciono. A ênfase que procuro dar ao pensamento social e político de seu biografado já me credencia a pleitear ingresso no rol dos seus devotos. O caso é que, até agora, pouca coisa tinha para sugerir como leitura aos meus alunos. O velho Max Beer (escritor marxista tão caluniado numa certa época) ainda era onde os meus alunos podiam encontrar, em português, um apanhado das idéias sociais que transparecem da *Utopia*. Ou o livro menos valioso (sob este aspecto) do Professor Chevalier. De agora em diante recomendarei, também, este que Ivan Lins acaba de reeditar, com a vantagem, sobre os outros, de tratar da formação de Morus, indispensável para conhecer-se o seu pensamento. E' pena,

por outro lado, que Afonso Arinos de Melo Franco não procure reeditar seu *O índio brasileiro e a revolução francesa*, no qual há excelente capítulo sobre a “presença” brasileira no pensamento do criador da *Utopia*.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \*  
\*

MÜLLER (Nice Lecocq). — *O fato urbano na bacia do rio Paraíba, Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, 1969. 376 págs.

Torna-se difícil e, paradoxalmente, bastante fácil apreciar uma obra como a que se nos defronta. No que se refere à metodologia e técnicas de pesquisa nota-se domínio absoluto da autora tanto no lastro bibliográfico como na solução dos obstáculos surgidos com os trabalhos de campo. O texto, excelentemente redigido, nada deixa a desejar. Os gráficos e ilustrações entrosam-se com o texto, e o plano e a estrutura estão coesos. Sob a perspectiva que interessava à pesquisa, isto é, precisar a centralidade e a hierarquia do fato urbano, o capítulo sobre a “paisagem urbana” poderia ser perfeitamente dispensado. Não que esteja mal desenvolvido, mas porque em quase nada contribui para a elucidação da temática proposta, e o leitor especializado sente que esta parte representa uma ruptura no desenvolvimento da obra. Talvez seja a concessão da autora aos padrões clássicos dos estudos urbanos. Evidentemente, a contribuição de Nice L. Müller assume importância ímpar na literatura geográfica brasileira, podendo ser citada como um dos modelos mais completos. A sua importância não fica restrita somente ao âmbito nacional, mas pode ser comparada aos melhores estudos regionais sobre a geografia urbana. Nesta perspectiva, constitui importante contribuição brasileira à geografia mundial, com amplos méritos, e bem acima do “crédito de um esforço honesto”, que a autora modestamente solicita.

ANTÔNIO CRISTOFOLETTI

\* \*  
\*

STADEN (Hans). — *Viagem ao Brasil*. Tradução e prefácio de Alberto Loefgren; nota preliminar de Afrânio Peixoto e notas de Teodoro Sampaio. Rio de Janeiro. Edições de Ouro (1968). 294 págs.

O interessante livro de Hans Staden, curiosa figura de militar e aventureiro que esteve algum tempo no litoral do Brasil, ora servindo na sua profissão, ora como prisioneiro de índios, foi publicado originalmente em 1557. Certamente foi o primeiro livro publicado sobre o Brasil, pois o que se conhece de data anterior não passa de pequenas notícias no mais das vezes deixadas pelos primeiros viajantes. O livro alcançou êxito na Europa, tendo tido numerosas reedições, sendo mesmo traduzido para diversas línguas logo após seu aparecimento. Todavia, só em 1892, mais de trezentos anos após sua publicação, é que ele foi divulgado no

Brasil, em tradução de Alencar Araripe, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 55, parte I: Não sendo uma tradução direta, mas tradução da edição francesa de Ternaux Compans, deixou muito a desejar. Só em 1900, graças a Alberto Loeffgren, eminente botânico que vivia em São Paulo, foi publicada uma tradução direta do original alemão de Marpurgo. Editou-a o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, num opúsculo comemorativo do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Trazia anotações de Teodoro Sampaio, procurando esclarecer certas dúvidas do texto alemão e corrigir certas falhas do autor. Esta edição serviu de base para a edição da Academia Brasileira de Letras, publicada em 1930, por iniciativa de Afrânio Peixoto. Pouco antes (1926) Monteiro Lobato publicara sua tradução “ordenada literariamente”, mas omitindo várias partes da obra. Teve, entretanto, o mérito de chamar a atenção para o primeiro livro publicado sobre o Brasil, uma vez que a edição de 1900 já era considerada esgotada. Mais ainda: o grande escritor paulista, escrevendo uma adaptação infantil da curiosa história de Hans Staden, contribuiu consideravelmente para divulgar suas aventuras, tornando o pobre alemão um herói familiar a toda a juventude de uma certa época. Cumpre lembrar que, também, a edição de Loeffgren não apresentava o texto integral de Hans Staden. Só em 1942, por iniciativa da Sociedade Hans Staden, de São Paulo (uma benemérita instituição de estudos teuto-brasileiros), foi a obra do famoso artilheiro publicada numa edição realmente integral. E’ pena que este volume da Sociedade Hans Staden não tenha sido reeditado. Para a sua edição popular, Edições de Ouro utilizaram o texto da Academia Brasileira, o qual, embora não seja o melhor, vale, contudo, para tornar acessível aos leitores de hoje este clássico do Brasil quinhentista. Aliás, não devem ser regateados louvores a essa editôra pelo excelente trabalho de divulgação de obras há muito esgotadas.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \*  
\*

SALVADOR (José Gonçalves). — *Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição: aspectos de sua atuação nas Capitanias do Sul, 1530-1680*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Pioneira. São Paulo. 1969. 222 págs. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

E’ bem conhecida a importância do papel que tiveram numerosos cristãos-novos na vida econômica das chamadas “capitanias de cima”. Preferindo enfocar em seu trabalho a situação nas capitanias “de baixo”, o autor optou pelo aspecto mais ignorado, mas também o mais difícil, de um tema que vem, ultimamente, interessando numerosos historiadores e estudiosos da História do Brasil. Com efeito, nada menos de três importantes pesquisas sobre o assunto foram levadas a efeito, nestes últimos anos, por autores ligados direta ou indiretamente ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, pesquisas que, longe de se conflitarem ou repletirem-se, completam-se para a compreensão de um dos temas mais empol-

gantes da história do Brasil colonial. A primeira a vir a lume, em livro, é a do Professor José Gonçalves Salvador, já conhecido dos estudiosos da História da Igreja pelos seus excelentes estudos sobre o cristianismo primitivo, dos quais nos ocupamos na devida ocasião. “Até aqui, o que se tem dito sobre judeus e cristãos-novos nas capitanias sulinas funda-se bem mais em argumentação de cunho subjetivo e impressionista do que em documentação segura e plausível”, afirma Sérgio Buarque de Holanda no prefácio que escreveu para este volume. No empenho de suprir tais lacunas, o autor, além de ordenar e interpretar numerosos dados esparsos, impressos ou manuscritos, existentes entre nós, realizou extensas e minuciosas investigações em acervo documentais fora do país. Seu livro vem contestar inúmeras questões relacionadas com a presença do elemento israelita nas capitanias do sul, onde se dizia que era nula a sua presença nos primeiros séculos, em vista da pobreza e falta de atrativos. Em sua pesquisa, pôde o autor oferecer respostas a questões que muito importam à nossa história: o ingresso de israelitas nas ordens religiosas e no clero, inclusive na Ordem de São Domingos, baluarte da Inquisição; a aceitação de encargos públicos; condições existentes à prática das crenças judaicas; a ação policiadora do Santo Ofício; a atitude dos jesuítas para com os cristãos-novos e, finalmente, os reflexos da questão religiosa como base para a explicação dos problemas de cunho administrativo, econômico e social. Seja dito de passagem que a obra originou-se de uma tese de doutoramento apresentada e defendida na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Pela apresentação do volume, somos informados de que o autor continua pesquisando em outras áreas dentro deste mesmo grande tema, além de anunciar, também, uma História da Igreja Metodista no Brasil, comunidade eclesiástica a que pertence como pároco e professor de sua Faculdade de Teologia.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

\*

APTHEKER (Herbert). — *Uma nova história dos Estados Unidos: a revolução americana* (A History of the American people: an interpretation — The American Revolution, 1763-1783). Tradução de Fernando Autran. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1969. 328 págs.

Apresentando este volume, assim escreveu Ênio Silveira: “Herbert Aptheker é um desses historiadores objetivos e honestos, que não se comprazem na condição de figuras palacianas, a sôdo das classes dominantes. Quando se propôs a escrever *Uma Nova História dos Estados Unidos*, de que já publicamos o primeiro volume (“A era colonial”), teve como objetivo principal a revisão dos erros que quase se transformaram numa aparente verdade, de tanto repetidos, e a recolocação de fatos e pessoas em sua correta perspectiva. E, por isso mesmo, uma história nova. Nova no que tem de fresca, autêntica, isenta de interpretações tendenciosas, nunca no sentido de que é reescrita para servir a estas ou àquelas conveniências”. O Autor considera, neste segundo volume, a guerra da independência uma verdadeira revo-



lução. “À luz de suas origens, do apóio popular que teve, dos conflitos de classe e dos contrastes regionais; a luta contra o colonialismo britânico gerou uma filosofia revolucionária que frutificou no estabelecimento de uma premissa democrática e teve ressonância universal, contribuindo para o declínio do imperialismo europeu e dando golpe de morte no absolutismo”, conclui o apresentador do belo volume, que vem enriquecer a bibliografia relativa à história americana, infelizmente tão carente, entre nós, de boas obras.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

LEITE (Miriam Lifchitz Moreira). — *O ensino da História no Primário e no Ginásio*. Editora Cultrix. São Paulo. 1969.

A autora do presente volume, utilizando-se da sua vivência no magistério e recorrendo à bibliografia que inclui, entre outros elementos, publicações oficiais, revistas, depoimentos, procura, segundo suas próprias palavras “organizar alguns dados conhecidos a respeito da escola, do programa, do professor, do aluno e do livro de História no primário e no ginásio, a fim de salientar os dados desconhecidos.

Em função desse propósito, o livro é dividido em duas partes, sendo a primeira referente ao ensino na escola primária e a segunda ao ensino no ginásio.

Cada uma contém seis capítulos, nos quais se examinam os componentes da situação escolar e suas relações, visando a análise dos métodos de ensino em geral e os de História em particular.

Os capítulos de número 1 da primeira e segunda partes, respectivamente “A escola primária” e “O ginásio”, têm a suavizar-lhes a possível aridez de uma exposição crítica, pitorescas descrições de conhecidas figuras de nossas letras sobre suas experiências escolares, o que torna a leitura agradável e amena.

O tópico referente ao programa escolar (capítulo 2 das primeira e segunda partes) não deixa de abordar a diluição da História em um programa de Estudos Sociais, ao aludir à renovação pedagógica que se tem verificado recentemente na esfera escolar.

Sem propriamente fazer um estudo crítico dessa renovação, que desloca a História do currículo como disciplina independente, a autora mostra os objetivos dos programas de Estudos Sociais, as facilidades e as dificuldades para a sua consecução.

O livro de História também é analisado (capítulo 4 da primeira parte e capítulo 5 da segunda parte) através do exame de quatro obras didáticas de História do Brasil adotadas no nível primário e de livros didáticos de diferentes países para o curso ginásial.

Ao tratar contudo das falhas e deficiências do livro didático para o Curso Primário, a autora se ressentida de uma certa falta de clareza nas referências às obras discutidas que, embora relacionadas no final do capítulo, não o são no decorrer da exposição, o que confunde o leitor.

Uma obra que tenta a análise de um sistema, com a apresentação das insuficiências e aspectos negativos que dêle derivam, não seria completa sem oferecer soluções. E justamente o mérito de Miriam Moreira Leite é o de apresentar algo de construtivo através de suas sugestões didáticas (cap. 6 das 1a. e 2a. partes) o que torna êste trabalho de real utilidade para os que se interessam pela História e se dedicam ao seu ensino.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

\* \*  
\*

MERCADANTE (Paulo). — *A consciência conservadora no Brasil*. Editôra Saga, Guanabara, 1965. 264 páginas.

Numa síntese do progresso histórico brasileiro, com a conseqüente análise das mutações nele ocorridas, o autor, em 15 capítulos bem estruturados, procura evidenciar os matizes da mentalidade conservadora brasileira.

O que haveria de distingüi-la constantemente, em face da européia seriam as suas singulares feições conciliatórias. Desde o período de formação nacional, tudo a teria levado a uma ideologia de mediação.

Em função dessa idéia, já na Introdução, em que, historiando rapidamente o movimento político brasileiro, chega aos mais recentes acontecimentos, Paulo Mercadante se permite afirmar a impossibilidade de prosseguimento de radicalizações, uma vez que “se aceitássemos a possibilidade, estaríamos admitindo o predomínio de uma ideologia sôbre peculiaridades nacionais, o que não parece possível em face da realidade de nossos dias”.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

\* \*  
\*

SKIDMORE (Thomas E.). — *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Editôra Saga, 1969. 512 págs.

Em 1969 a Editôra Saga lançou a tradução brasileira do livro *Politics in Brazil, 1930-1964, An Experiment in Democracy* publicado originalmente pela Oxford University Press Inc., N. Y. Trata-se, a nosso ver, de uma importante iniciativa da Editôra, que facilita, dessa forma, ao leitor brasileiro o conhecimento da obra de Skidmore, e conseqüentemente a sua difusão mais fácil no Brasil.

A obra, na sua forma brasileira, traz uma apresentação de Francisco de Assis Barbosa que vem enriquecer ainda mais o trabalho e é uma importante advertência ao pesquisador nacional, em especial àquêles voltados para a História do Brasil e mais ainda aos que se preocupam com o período mais recente de nossa História. Depois de tecer considerações sôbre o pesquisador que é Skidmore, Assis Barbosa nos diz:

“Foi em Harvard que se deu a conversão do germanista Skidmore, que se tornaria, a partir de 1960, o que nos Estados Unidos se chama um “brasilianista”. Como é óbvio, brasilianista é todo aquele estudioso americano, historiador ou sociólogo, economista ou cientista político, professor de Português ou de Literatura, que se interessa pelo Brasil. Por outro lado, os “brasilianistas” se enquadram num grupo maior, o da América Latina, reunidos numa vasta associação que possui cerca de 2.000 membros, a maior parte de professores universitários militantes. Os que cuidam de História do Brasil andam pela casa dos 400 ...”.

E mais adiante afirma Assis Barbosa:

“O que deve chamar a atenção é que lá (EE.UU.) os cursos de História do Brasil estão se multiplicando, ao mesmo tempo que vai aumentando o número de professores que, em breve, suplantará, se não suplantou, ao das nossas faculdades de filosofia. Em termos globais, a matrícula de estudantes de História do Brasil em nosso país é sem dúvida maior. Mas é preciso ter em vista que o estudante brasileiro quase sempre não possui qualquer preocupação de natureza profissional, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos onde o aluno se dispõe, desde que ingressa na Universidade a exercer e disputar competitivamente uma carreira...”.

E ainda:

“... Formamos cada vez mais economistas e administradores, e cada vez menos historiadores. Naturalmente, nesta hora em que os cosmonautas se preparam para a conquista da lua (seria melhor, dado o decurso de tempo, dizer quando os cosmonautas conquistaram a lua), não é nada fácil motivar um jovem se preservarmos na proposição de temas como o da casualidade-intencionalidade dos portugueses na descoberta — perdão, queria dizer descobrimento — do Brasil; se insistirmos em continuar a cultivar o lado anedótico-comemorativo, abandonando os grandes temas que constituem o desafio histórico da nossa época: o mundo dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (págs. 3 e 4).

E acrescenta:

“Não só os métodos rotineiros de ensino, como a concepção antiquada de certos professores, — infelizmente a maioria — transformaram a História em instrumento recreativo, quando não em coisa velha e imprestável, provocando a evasão dos estudantes, seduzidos por outras disciplinas que estão na moda ou que oferecem um campo de atividade mental mais atualizado...”.

A apresentação de Assis Barbosa deveria, a nosso ver, ser literalmente copiada pois em cada parágrafo ou mesmo em cada linha traduz muito do que inúmeras pessoas pensam mas não dizem, pois nem sempre se colocam, de público, as verdades e quase nunca se tem a oportunidade de externar opiniões como as teve o apresentador.

Outro trecho muito significativo da apresentação:

“Os arquivos e bibliotecas brasileiros — não só no Rio de Janeiro e São Paulo, como em Porto-Alegre, Belo Horizonte, Bahia, Recife, Belem do Pará — estão repletos de estudantes estrangeiros, americanos e ingleses na maioria, que estudam o Brasil, em proporção bem

maior que de brasileiros. Poucos são os estudantes brasileiros dedicados a pesquisas, que freqüentam os arquivos, por culpa sem dúvida dos professores que não lhe dão assistência. Ao contrário do que acontece entre nós, o *estudante americano não é desamparado material e intelectualmente*. ... Entre aluno e professor — principalmente em se tratando de alunos interessados, — estabelece-se uma convivência fecunda, na orientação das leituras, no debate metodológico, na abertura enfim de horizontes mais amplos que um ensino rotineiro não pode jamais oferecer. Outra motivação a ser considerada: as Bolsas de viagem” (pág. 6).

E para citar literalmente, mais uma vez:

“... Otávio Dias Carneiro, com a sua bravia honestidade intelectual, não se pode controlar, exclamando: “Para nós brasileiros e simplesmente uma vergonha que não tenha sido um brasileiro o autor do livro ...”.

E assim continua o supervisor de *A Imagem do Brasil*, da Saga, em muitos e muitos trechos, salientando o papel que o historiador brasileiro precisa e deve assumir, ao mesmo tempo em que reconhece o mérito indiscutível de Skidmore, embora, como diz, dê-se possa discordar e em muitos pontos.

Sòmente a apresentação do livro em tela daria muito o que escrever e mais ainda o que meditar, mas queremos tão sòmente, dar idéia do que representa o trabalho do autor de *Brasil: De Getúlio a Castelo*.

Depois dos prefácios, apresentados às páginas 11 e 15 o autor faz uma introdução, onde coloca os seus objetivos ao início de suas investigações e depois a ampliação dos mesmos em face dos elementos colhidos.

Assim diz:

“Comecei este livro numa tentativa de investigar as causas da queda do ex-Presidente João Goulart, a 1º de abril de 1964. O projeto inicial teve logo de ser ampliado porque achei impossível explicar o sistema político em que Goulart trabalhava, sem examinar as origens desse sistema, na década seguinte à Revolução de 1930 e o processo de redemocratização que pôs fim à ditadura de Vargas, em 1945” (pág. 17).

Muito se poderia escrever em torno do livro e em muitos pontos poderíamos discordar completamente do autor, no entanto, não é nossa intenção polemizar mas sim mostrar o que está contido nas 512 páginas da obra.

O primeiro capítulo cuida do período ditatorial de Getúlio Vargas: “*Éra de Vargas (1930-1945)*”. E’ um dos capítulos mais importantes da obra, pois nêle Skidmore faz uma síntese desse período de nossa história, pouco estudado e muito controvertido, apresentando pormenores desconhecidos até a data deste livro. Mostra-nos, com detalhes, o que chama de nacionalismo econômico do período de 1930-1945 e suas implicações na vida do país. Além disso analisa o papel dos militares na redemocratização do país.

No segundo capítulo trata do período Dutra e nos familiariza com os grupos políticos que caracteriza como os “de dentro” (pág. 80) e os “de fora” (pág. 83). Esta caracterização de Skidmore nos dá mais elementos para fortalecer a

idéia da inexistência de partidos políticos bem caracterizados. O que há sempre são facções políticas, com lideranças passageiras.

Os capítulos terceiro e quarto a *Nova Era de Vargas e Governo Transitório* cobrem cronologicamente os anos de 1951-1956 que correspondem à fase democrática de Vargas e que foi interrompida com o suicídio do Presidente em 1954. A partir desta data e até o final do período, Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos assumiram a presidência num período de grande crise na vida nacional.

Analisa em seguida o governo Kubistscheck, o qual caracteriza como *Anos de Confiança (1956-1961)*. Neste quinto Capítulo Skidmore mostra o papel de Juscelino na vida nacional. É um período, segundo o autor, em que o povo brasileiro ganhou confiança no presidente e no Brasil. Diz que foi um período de grande realizações, embora tenha havido, em muitos momentos, inúmeras improvisações, embora bem sucedidas em grande número.

Mostra que o ano de 1961 se caracterizou como “Entreato Agonizante”, em que surge “Um Corpo Estranho” (pág. 231) que é Jânio Quadros. No capítulo seguinte (VII) estuda Goulart no Poder. Analisa, então, toda a agitação do período de “Jango” mostrando quantas indecisões o caracterizaram. O estudo iniciado neste capítulo se conclui no oitavo, no qual Skidmore mostra o “Colapso Democrático”, em que observa a participação de João Goulart e do grupo nacionalista.

O epílogo é, ao nosso ver, o capítulo mais fraco do livro pois deixa muito a desejar.

Além do texto o autor apresenta um Apêndice (pág. 389) que se intitula “Papel dos Estados Unidos na Queda de Goulart” — interessante documento — completa a obra.

Ainda temos um “Índice Bibliográfico Seleccionado”, onde se encontra um “sem número” de obras elaboradas por estrangeiros em especial estado-unidenses, aspecto para o qual Assis Barbosa chama a atenção na Apresentação e que nós reavivamos aqui.

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER

\* \*  
\*

QUEIROZ (Carlota Pereira de). — *Vida e morte de um capitão-mor*. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura, 1969, 373 págs. (Coleção Histórica, vol. 6).

No presente volume, a autora de *Um fazendeiro paulista do século XIX* traz novos subsídios à historiografia paulista, divulgando peças valiosas do arquivo de sua família. Se no livro de estréia, a Dra. Carlota Pereira de Queiroz fixou o meio e o tempo em que viveu o avô paterno, Manoel Elpídio de Queiroz, revelamos no presente volume, como a mesma riqueza de documentos, aqueles em que atuou seu avô materno, o Cel. José Vicente de Azevedo, genro do capitão-mor Manoel Pereira de Castro. Tratando-se de atividades contemporâneas, mas desenvolvidas em regiões diferentes da então província, um volume completa outro, co-

mo observa no prefácio o Sr. Ian de Almeida Prado, para se constituírem ambos num largo trato da história social e econômica de São Paulo. *Vida e morte de um capitão-mor* é também muito da própria história de Lorena e das influências civilisatórias que recebeu das vizinhanças da Côrte, inclusive muito do carnaval carioca em seus albores. As lutas políticas que cêdo custaram a vida a José Vicente de Azevedo; os casamentos em que se entrelaçam famílias ilustres, como os Pereira de Castro, os Vicente de Azevedo ou os Moreira Lima; os usos e costumes; a vida urbana e rural; as práticas do comércio e da lavoura, etc., desfilam em *Vida e morte de um capitão-mor*, como num trecho dêsse vasto mural que é a chamada “civilização do café”. Completam o livro numerosos documentos da época, cuidadosamente selecionados, ao lado de ilustrações, como retratos de família e reproduções de autógrafos e impressos. A “Coleção Histórica”, na verdade marginalizada ante a massa de publicações prôpriamente literárias daquela Comissão (iniciada em 1964 está apenas no vol. 6), mostra-nos com mais êste livro de Carlota Pereira de Queiroz a sua utilidade.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

BALHANA (Altiya Pilatti) e MACHADO (Brasil Pinheiro). — *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Publicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968. 268 páginas.

Aos “campos gerais” do Paraná denominou Saint-Hilaire de “paraíso terrestre do Brasil”. O grande botânico vinha de Goiás, atravessara todo o território paulista e penetrara na chamada “Comarca de Curitiba”, na época (1818) parte integrante da Província de São Paulo. (Só em 1853 o Paraná adquiriria sua autonomia, constituindo-se em província). Depois de percorrer regiões um tanto monótonas, seja quanto às condições fisiográficas, seja quanto às condições humanas, deslumbrou-se o sábio francês com os campos da “Comarca de Curitiba”. Daí ocorrer-lhe a associação edênica, de que tanto se orgulham, e com razão, os paranaenses de hoje. Impressionou ao viajante não apenas as características da natureza, mas igualmente as perspectivas que, a seus olhos, abriam-se para a bela região. Chegou a considerá-la a área ideal para a colonização européia. Saint-Hilaire gostou demais do Paraná. Tudo lhe pareceu, naquela região, melhor do que em outras áreas que percorrera. Talvez, ainda aqui, a força dos contrastes. Só não agradou ao botânico o movimento separatista que encontrou por ocasião de sua visita e que se avolumou com o tempo e do qual teve melhor conhecimento antes de publicar seu precioso relato de viagem, o que só ocorreu em 1851. Parecia a Saint-Hilaire que o desmembramento do Paraná seria o começo de uma série de desmembramentos a que talvez o país não resistisse. Todavia, o futuro não confirmou seu vaticínio, pois durante todo o século XIX apenas duas províncias fôram desmembradas. E parece até que o Paraná esperou Sain-Hilaire morrer para separar-se, pois isto só ocorreu três meses após o falecimento do grande naturalista.

Mas o objetivo desta nota não é recordar o simpático viajante francês, que tão bem soube sentir o Brasil, mas noticiar valioso trabalho de pesquisa em torno

de importante experiência agrícola nos “Campos Gerais”, levado a efeito pelo Departamento de História, da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Pesquisa modelar, no mais legítimo padrão universitário, seja pelo tema escolhido, seja pelo método empregado, seja ainda — e especialmente — por revelar um espírito de equipe que movimentou diversos setores daquele instituto universitário. O objeto do estudo foi a Colônia Witmarsum, no município de Palmeira, nas proximidades de Curitiba, onde se localiza, desde 1951, admirável empreendimento de colonos menonitas de origem holandesa e alemã. Respondem pelo importante trabalho de pesquisa a Professora Altiva Pilatti Balhana e o Professor Brasil Pinheiro Machado, que contaram com a colaboração dos Professores Cecília Maria Westphalen, Galbas Milléo, Heloisa Barthelmess, Helbert Minich, João José Bigarella, Luiz Antônio Camargo Fayet, e Oksana Boruszenko, todos integrantes da Universidade Federal do Paraná. Bento Munhoz da Rocha Neto, antigo governador do Estado e que, quando no governo, incentivou inúmeros empreendimentos colonizadores, escreveu o prefácio, no qual salienta a importância não só da pesquisa realizada, mas da própria colonização na região dos “Campos Gerais”.

A escolha de Witmarsum — afirmam Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado — deveu-se ao fato de “estar localizada na área, onde, em outra conjuntura, registrou-se uma experiência mal sucedida em núcleo colonial estabelecido também com alemães procedentes da Rússia, e porque a área já vinha sendo objeto de estudos geológicos, geomorfológicos e fitogeográficos, por uma equipe do Instituto de Geologia da Universidade Federal do Paraná. Assim, a estas disciplinas empenhadas no conhecimento da paisagem natural, foi somado o trabalho de pesquisadores das diferentes Ciências Sociais (historiador, sociólogo, economista, geógrafo, e outros), portanto, uma pesquisa pluridisciplinar, capaz de proporcionar visão global da comunidade e melhor compreensão dos problemas da região. A caracterização dos fatores condicionantes da vida econômica e social da área estudada, teve ainda o objetivo prático de oferecer subsídios para a solução dos seus problemas”.

A pesquisa abrangeu, além do histórico do povoamento da região e da fundação colônia e do estudo do meio natural, o estudo das estruturas demográfica, econômica, agrária e social e a organização religiosa e educacional. As considerações gerais e finais da pesquisa foram levantadas, analisadas e redigidas por Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado, diretores do Projeto, objetivando a solução dos problemas propostos no início da investigação. A unidade da obra, finalmente, foi assegurada por um plano geral bem amadurecido e pelas diretrizes aceitas por todos os colaboradores. “Witmarsum — lembra Bento Munhoz da Rocha Neto, no prefácio que escreveu para o livro dos professores paranaenses — é um exemplo que pode ser seguido. É um próspero jardim plantado em áreas já taxadas de impróprias para a imigração. A colonização de alemães do Volga e de russos, no século passado, desacreditou, como observa a monografia, nossos Campos Gerais. Os menonitas prosperaram. A época é outra. A herança é outra. A integração econômica é completa. Witmarsum deve servir de exemplo, como Castrolândia e Entre-Rios, no caminho da valorização de uma vasta região pa-

ranaense”. E adiante, citando ainda o ex-governador do Paraná: “A colonização de Witmarsum como a de Entre Rios em Guarapuava e a de Castro, no início dos anos 50, continuam a tradição paranaense do século XIX. Os europeus dos oitocentos que se espalharam pelos planaltos frios do Paraná, hoje se fazem representar em tôdas as atividades humanas, da política às cátedras universitárias. Neste século, os ítalo-gaúchos e teuto-gaúchos, diretamente ou por intermédio de seus descendentes catarinenses, deslocando-se em massa para o Sudoeste e Oeste, tendem a fazer manter em nosso Estado, as mesmas características sócio-culturais do século passado. Possuem um comportamento orientado para o desenvolvimento. Lidam com a economia, sabendo construir o próprio destino. Sabem progredir. Sabem crescer. O *rush* dos anos 50 da onda cafeeira, engrossando uma tendência já antiga, veio trazer nôvo sentido à nossa estrutura econômica. Veio liderada por elites tradicionais de fluminenses, mineiros e paulistas, que tinham café no sangue e faziam suas plantações com devoção ritual. Na crista da onda cafeeira, aportam ao Paraná, multidões de nordestinos que abastecem todos os mercados nacionais de trabalho. As elites se dissolveram e os pequenos sitiantes acabaram por predominar no conjunto. O pioneirismo, individualista, independente, corajoso, anti-rotineiro e anti-burocrático, ainda mais se expande. Sua ênfase verdadeiramente agressiva ao comportamento econômico, já bem profundo mas muito mais calmo e seguro, das áreas de imigração européia. A ausência de uma estratificação da classe rural nas áreas convencionais da paisagem paranaense e o alto grau cultural e competitivo da imigração, européia no comêço do século e nacional em seguida na maioria das regiões do Estado, trouxe ao Paraná uma mobilidade social que, acredito, tenha sido a maior em todo o Brasil. Todos podem ter tudo. Podem aspirar a tudo. Não encontram barreiras. Não enxergam obstáculos intransponíveis, realizando aqui o clima brasileiro mais propício para o desenvolvimento econômico e para a afirmação democrática. Estou certo de que em nenhuma outra área brasileira existam tão poucos privilégios e a vida social seja, em tão alto grau, competitiva. A capacidade de empresa, o sistema educativo com a tradicional obrigação dos pais de transmitir aos filhos todos os conhecimentos possíveis; o impulso ao trabalho e às iniciativas de ordem econômica como uma norma irresistível, deram às populações paranaenses um comportamento da mais alta compatibilidade com o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, o sentimento da igualdade democrática em que a livre competição, freqüentemente áspera, é a grande lei”.

Excusas por tão longa citação. Mas, sinceramente, não sabíamos onde interromper a transcrição, tão válidas nos parecem as afirmações do ilustre homem de Estado, notadamente por chamarem a atenção para tudo o que há de interessante do ponto de vista humano a ser estudado na terra paranaense. E os colegas da Universidade Federal do Paraná já nos ofereceram excelentes primícias do que podem significar tais estudos. Ainda em um dos números anteriores desta publicação ressaltávamos o precioso trabalho que professores paranaenses, ligados às diversas Faculdades de Filosofia do Estado, estão realizando no sentido do levantamento das fontes primárias, salvando-se um valioso patrimônio sem o qual a história não poderá ser feita. Lembramo-nos de Pierre Monbeig e de Jacques Lambert quando, quase com as mesmas palavras, referiam-se à “individualidade” do Paraná. Dêste último ou-



vimos mesmo afirmar que, na sua opinião, o Paraná constituía a unidade do Brasil mais interessante para ser estudada. Certamente, entre outras coisas, por tudo aquilo que Munhoz da Rocha Neto debuxou na longa transcrição que fizemos. Louvores, pois, aos professôres do Departamento de História de Curitiba por estarem começando a “descobrir” o “paraíso terrestre” do velho Saint-Hilaire.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \* \*

\*

BAER (Werner). — *A indústria brasileira do aço face ao desenvolvimento econômico geral*. 1969. Vanderbilt University Press. XIV + 202 págs. 52 tabelas. US\$ 10,00.

Ultrapassando a noção de que o desenvolvimento econômico deve limitar-se aos recursos da agricultura e/ou à indústria leve, o Brasil experimentou no pós-guerra uma expansão significativa baseada largamente no notável crescimento de sua indústria pesada. As razões do sucesso da indústria de primeira linha, do aço, na América Latina, são detalhadas no livro *O Desenvolvimento da indústria do aço brasileira* por Werner Baer, publicado em dezembro de 1969.

Nesse trabalho o Professor Baer cobre todos os aspectos da indústria, desde a introdução de artefatos de aço no Brasil, por volta de 1550, até os custosos métodos modernos e projeção econômica para a década de 1970. A maior parte do material estatístico (sobre custo do investimento e custo de produção, particularmente) foi desenvolvida pelo autor no decurso de sua pesquisa e pode ser aproveitada em qualquer parte.

A indústria brasileira do aço foi favorecida pela riqueza dos recursos naturais, incluindo as terceiras maiores reservas de ferro do mundo e 80% dos depósitos de manganês da América Latina, política governamental liberal, desenvolvida pelo Presidente Getúlio Vargas, permitindo formas alternadas de investimento (estrangeiro, doméstico-privado e governamental).

Uma tecnologia comparativamente moderna, rápido aperfeiçoamento da força de trabalho técnico, e uma integração efetiva da indústria com o resto da economia, contribuíram para o desenvolvimento geral da indústria do aço brasileira. O Professor Baer prevê progresso contínuo para a indústria baseado em análise estatística cuidadosa e detalhada do impacto da indústria em toda a economia brasileira, produtividade e padrão industrial, e na expansão da demanda interna dos produtos de aço. Ele “não vê razões para que o Brasil não possa estar apto a exportar entre 10 e 15 por cento de sua reserva de aço no correr da década de 70” — por preços competitivos no mercado mundial.

Werner Baer completou a maior parte de sua pesquisa quando esteve no Brasil, no período de 1965-1968, como bolsista do *Social Science Research Council*. Professor de economia na Universidade Vanderbilt, o Dr. Baer trabalhou como Professor-Visitante na Universidade de São Paulo e na Fundação Getúlio Vargas. Exerceu, também, atividades no desenvolvimento dos programas de graduação em

economia e servindo como consultor econômico para a Fundação Ford na América Latina e para a Fundação Getúlio Vargas. O Dr. Baer conquistou os títulos de Mestre e Doutor (1958) na Universidade de Harvard. Tem a seu crédito mais três livros sobre o desenvolvimento econômico na América Latina.

M.R.C.R.

\* \*  
\*

DI TELLA (Torcuato). — *Para uma política latino-americana [Hasta una política latino-americana]*. Tradução de Abigail Pereira Nunes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. 174 págs.

Neste livro, o autor investiga as alternativas que se antepõem aos países da América Latina para saírem do subdesenvolvimento. Passa por alto o exame das infraestruturas específicas de cada um e atém-se à análise das combinações do jogo político, partindo do pressuposto de que as instituições, grupo políticos e a estrutura do poder vigentes nesses países representam legitimamente uma evolução histórica natural. Não nega a luta entre as classes sociais. Sua conceituação de classe não toma em consideração, porém, as virtudes dessa luta, razão por que deixa de ver no antagonismo que as caracteriza as soluções dos problemas coletivos. Prefere explicar os conflitos e tensões da sociedade pela incongruência de *status* dos indivíduos. As teses defendidas pelo autor longe estão de tranquilas. Por isso mesmo o debate em torno delas contribuirá, sem dúvida, para o esclarecimento do emaranhado de idéias e tentativas que desafiam as populações subdesenvolvidas no momento de tomar o caminho do desenvolvimento. Nenhuma das experiências examinadas pelo autor lhe parece adequada ao processo latino-americano, uma vez que este passa, no momento, por uma evolução até certo ponto *sui generis*, cabendo-lhe, pois, buscar outros elementos mais consoantes com o estágio que a América Latina alcançou. A tese fundamental de seu livro — lembra o apresentador do volume — consiste na defesa de uma coexistência de facções ao sabor das circunstâncias infraestruturais, as quais acabarão por favorecer as classes populares, mesmo que elas se abstenham de lutar por suas reivindicações e por participação efetiva no poder. Essa coexistência seria mantida por uma aliança entre as facções conflituosas, mediante manobras conciliatórias. Para Di Tella “a utilidade dessa coexistência estriba-se em que, sob o fogo das violências virtuais, ou das violências passadas, historicamente assimiladas, ela permite a gestação de novas forças sociais, a longo prazo. Nesse jogo conciliatório aparecerão as condições favoráveis para a mudança social e para o progresso”. Consta a obra de seis capítulos, assim intitulados: Raízes históricas de nossa problemática política; Elementos de uma teoria da política latino-americana; Industrialização, metamorfose social; As formas do populismo; A ação dos intelectuais; e A recolocação das estratégias.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \*  
\*

SORLIN (Pierre). — *L'antisémitisme allemand*. "Collection Questions d'histoire", dirigida por Marc Ferro, Flammarion, Paris, 1969.

Este cuidadoso trabalho de Pierre Sorlin é mais uma contribuição para os estudiosos da História Contemporânea, mórmente aquêles que, interessando-se pelos múltiplos aspectos da Segunda Guerra Mundial, tentam compreender a violência de um sentimento anti-semita que teria levado o povo alemão ou pelo menos parte dêle, a aceitar a famosa e inimaginável "solução final".

O livro segue o eficiente plano da coleção *Questions d'histoire*, compreendendo duas partes: a primeira, uma exposição de fatos e, em seguida, um *dossier* que abrange transcrições de documentos sôbre o assunto tratado, além de problemas e querelas de interpretação.

Uma bibliografia bem cuidada, um índice e uma cronologia dão o r.mate final ao trabalho, permitindo ao leitor contar com todos os elementos para julgar e apreciar os dados da questão em análise.

Deixando de lado a exegese de doutrinas anti-semitas, Sorlin historia a evolução do sentimento anti-judeu nos países de língua germânica, destacando as reações populares e o caminhar do ódio no espírito alemão.

A primeira parte do volume, dedicada à exposição dos fatos, além de uma introdução, compreende três capítulos: *Le temps du mépris*, *Nationalisme et anti-sémitisme* e *La nuit nazie*.

A origem das comunidades judias na Alemanha e o início das perseguições aos judeus são analisadas no primeiro capítulo.

Atingindo o vale do Reno já com os exércitos romanos, os judeus aí subsistiram através das invasões bárbaras, conseguindo sobreviver obscuramente na Alta Idade Média e reaparecendo com maior vigor sob os carolíngios.

Entre o IX e o XI séculos, muitas comunidades ali se desenvolveram. O autor procura, à luz de seus dados, desarraigar velhas convicções. Nesse sentido, recentes pesquisas teriam sugerido a falsa idéia esposada por muitos historiadores de que o "monopólio" comercial exercido por judeus nessa época, na região estudada, teria excitado contra elês os negociantes cristãos, já que no século XI o comércio permanecia muito reduzido e aleatório para que se exercesse uma concorrência; ao contrário, os negociantes, cristãos os judeus, teriam interêsse em unir seus esforços.

Remontando as primeiras perseguições a essa época, — como o massacre de 1096 — foram elas possíveis porque, há longo tempo, os judeus já eram suspeitos aos olhos de uma larga fração da opinião.

Tal suspeição, segundo o autor, viria não de uma ativa concorrência comercial e sim de um conflito religioso: as comunidades judias, extremamente atuantes e com apreciável conhecimento das Escrituras, teriam praticado um proselitismo que desagradaria aos dignitários eclesiásticos. Êstes, importunados pela vitalidade do judaísmo, inclinar-se-iam de bom grado à violência.

Outra noção que corre comumente e que é contestada no livro, é a de que os judeus tivessem se dedicado à atividade comercial e financeira por índole e pela proibição de possuírem terras.

A atividade agrícola contudo não lhes seria interdita, havendo notícia de judeus que, no século XIV eram cultivadores ou pescadores no vale do Reno. Estando expostos entretanto a inúmeros perigos no campo, concentravam-se nos núcleos urbanos como meio de limitar os riscos.

Cita-se igualmente judeus tintureiros, pedreiros, sapateiros. Qualquer que fôsse a sua profissão todavia, estavam sujeitos a cada instante à emoção popular, que se traduzia rotineiramente em pilhagens. Por isso, ter dinheiro somente tornava-se um imperativo — caixinhas de moedas são fáceis de transportar em qualquer momento e situação.

Ora, a economia medieval embora reduzida não podia se desenvolver sem disponibilidades financeiras. Condenando a Igreja o empréstimo de interesse como uma forma de roubo, os principais comerciantes recorriam a diversos subterfúgios para contornar as proibições. Os grupos menos favorecidos entretanto, incapazes de utilizar operações complicadas, apelavam para os únicos elementos que estavam fora das prescrições canônicas.

Dessa forma, as exigências da segurança pessoal combinavam-se com as necessidades da economia geral — a sociedade queria que os judeus exercessem o comércio de dinheiro, os judeus achavam vantagem nessa ocupação.

E' assim que o autor explica a longa tradição de prática financeira e usurária dos judeus.

Não se teria revelado entretanto antes do século XIX um anti-semitismo econômico na Alemanha. A sociedade votava imenso desprezo àquêles que fizessem fortuna pelo comércio de dinheiro. Assimilava ao judeu o usurário cristão e condenava tanto um quanto outro.

No segundo capítulo (Nacionalismo e anti-semitismo) o autor analisa a questão judaica numa Alemanha que, descobrindo a sua originalidade, fortalece o seu nacionalismo através da unificação.

Os pensadores alemães do *Aufklärung*, com a sua visão universalista tendem a condenar tôda forma de exclusivismo como a dos judeus que permanecem obstinadamente fiéis a uma língua, encerram-se em suas tradições e protegem ciumentamente o seu passado.

Será, portanto, um imperativo dos “ilustrados” do século XVIII, que se refletirá na ação política, o de procurar germanizar os judeus.

A assimilação, entretanto, para o autor foi um mito e, com as primeiras dificuldades, esvaiu-se.

As ilusões universalistas são súbitamente rejeitadas no século XIX. Os alemães se persuadem de que, para sobreviver, devem criar uma unidade durável. O que é estrangeiro, introduzido sem razão profunda na vida de um povo, deve ser extirpado.

Ora, um judeu que pratica sua religião, será sempre um judeu — não poderá ser um alemão. Aqui aparece uma distinção que não cessará de se afirmar e fortalecer.

Sem enfatizar a vinculação econômica que traz a suspensão, o autor não deixa de notar que, tendo tido os judeus efetivamente uma parte considerável do desenvolvimento industrial, tornam-se o símbolo do capitalismo apátrida e egoísta.

O anti-semitismo instala-se abertamente na Alemanha através de porta-vozes como Stocker, Marr e outros, fortalecido pelas teorias racistas que encontram finalmente o seu lugar e começam lentamente a ganhar a Alemanha desde 1900.

Num terceiro capítulo (A noite nazista), Sorlin mostra objetivamente o caminhar do ódio no espírito alemão, — do pogrom à “solução final”.

Com admirável espírito de síntese, ao traçar o quadro do judaísmo alemão, desde as suas origens, esclarece episódios, e destaca etapas importantes, chegando ao anti-semitismo que permitiu aos nazistas as diabólicas elocubrações que todos conhecemos.

Dez documentos, transcritos em ordem cronológica, desde um édito de Frederico I em 1157 até um relato sôbre o vandalismo nazista em uma cidade renana em 1938 (*La nuit de cristal*), enriquecem o trabalho, que é completado ainda com textos que levantam problemas e sugerem interpretações, fornecendo um real e efetivo aproveitamento ao leitor.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

\* \* \*

ROULEAU (Bernard). — *Le tracé des rues de Paris: formation, typologie, fonctions*. Paris. 1967. “Centre National de la Recherche Scientifique”. Coleção “Mémoires et Documents”. 130 páginas.

Inúmeros são os pontos de contacto entre a Geografia e a História. Se ao historiador compete analisar e compreender o desenrolar dos acontecimentos humanos, ao geógrafo compete estudar e compreender a paisagem expressa na superfície terrestre. E' sôbre esta paisagem que se desenrolam os fatos pesquisados pelo historiador, mas também as ações humanas repercutem na formação e organização dos espaços, cuja dinâmica evolutiva torna-se objeto de pesquisa do geógrafo. Levando em consideração a interação dos fatos, cabe ao geógrafo possuir bom conhecimento histórico, assim como ao historiador é válido conhecer muito da geografia. E' ocorrência comum acontecer ao historiador fazer obra de interesse geográfico, ou vice-versa, pois muitos assuntos e questões são melhor focalizados ou ganham nova compreensão quando abordados sob variadas perspectivas metodológicas.

A obra que vem de ser publicada na coletânea *Mémoires et Documents*, do *Centre National de la Recherche Scientifique*, interessa a muitos estudiosos. A metodologia empregada é a geográfica, mas muito do *métier* do historiador está presente em suas páginas. Estudando o *traçado das ruas de Paris: formação, tipologia e funções*, o autor faz obra de geografia urbana. Mas a tarefa para ser completa teve que distinguir as marcas paisagísticas e a importância das várias fases históricas; para ser completa teve que analisar e compreender as várias concepções e critérios que nortearam as gerações que se preocuparam em criar, remanejar e adaptar as estruturas urbanas às contingências de cada época. Porque, com certo determinismo, o autor nos lembra que a “história das cidades não escapa à lei dos perpétuos recomeçar no mecanismo de sua expansão, desde que o retorno de conjunturas semelhantes chama, necessariamente, soluções idênticas”.

A sua preocupação metodológica pode ser resumida no seguinte trecho: — “alguns documentos e obras, dos mais importantes para a história de Paris, não apresentam para nós senão um interesse mínimo. Longe de querer efetuar um histórico das vias de Paris, somente retivemos os dados que se relacionam com a origem da formação de uma via de passagem, às etapas de sua urbanização, para explicar ou servir de material à explicação de sua estrutura atual. Isto, no final das contas, permaneceu como nossa meta essencial. Da mesma maneira, eliminamos tudo o que se relaciona com a formação de vias atualmente desaparecidas, a não ser que venham explicar a formação das vias atuais”.

Na primeira parte encontramos os fundamentos da rede topográfica de Paris. Inicialmente vemos a evolução desde as origens até o final do século XII, distinguindo os caminhos naturais da época gaulesa, os traçados romanos e as vias formadas na alta Idade Média; posteriormente o autor expõe o desenvolvimento da rede das vias no século XIII, mostrando o traçado e as funções atuais dos caminhos ligados ao circuito de Filipe-Augusto, e as repercussões oriundas com a instabilidade política e o “renascimento” de Paris no decorrer dos séculos XIV ao XVI; aborda depois os acontecimentos relacionados com a obra jurídica e a utilização dos bens nacionais, ocorridos de 1790 a 1830 e, por último, as características da formação das ruas e de suas funções.

Na leitura desta obra de Rouleau realça a acuidade de uma pesquisa minuciosa, que se reflete numa descrição detalhada e muito bem documentada. As ilustrações somam quinze cartas e vinte e três figuras, facilitando o acompanhamento do texto e das transformações havidas, além de uma carta de referência na escala de 1:25.000, expondo as vias parisienses principais e seus nomes. A propósito desta carta de referência, assim como em outras encontradas no texto, cumpre lembrar uma questão de terminologia. A carta inserida denomina-se “plano topográfico de Paris”, apresentando a distribuição das ruas parisienses. Ora, o termo *topográfico*, nos estudos geográficos, aplica-se normalmente às cartas representativas das formas de relevo de uma área, e não ao traçado urbano. Mas, como um grão de areia não caracteriza a praia, e a omissão acima pode ser colocada nesta proporção, a obra de Rouleau é fundamental para quem se interessa em realmente conhecer a geografia e a evolução histórica da capital francesa.

ANTÔNIO CRISTOFOLETTI

\* \* \*

GOODSPEED (D. J.). — *Ludendorff*. Rio de Janeiro. 1968. Tradução de Eloywaldo Chagas de Oliveira. Biblioteca do Exército em co-edição com a Editôra Saga. 345 páginas.

Justificando a publicação desta obra e eximindo-se de qualquer crítica que porventura lhe possa ser feita, apressa-se a editôra em explicar que ao lançar a biografia de Ludendorff, “longe de nós a idéia de reviver o prussianismo ou de pugnar pela apologia da guerra, pois como militares que somos, conhecemos melhor que ninguém quais os horrores que dela decorrem. No desejo de fornecer aos

nossos leitores os mais variados assuntos, selecionamos esta obra tendo em mente não só os aspectos históricos como também a figura de um homem discutido, que, durante a primeira guerra mundial, enfeixou em suas mãos, na Alemanha, um poder excepcional”. E adiante: “Talvez o maior estigma, aquêle que acompanhará Ludendorff para sempre, é o de que êle foi um dos responsáveis pela ascensão de Hitler”. O assunto é por demais complexo e muito há ainda a escrever-se sôbre êle. Em que pese tôdas as precauções dos editôres, é inegável que se trata de valiosa contribuição para a história militar das duas grandes guerras mundiais.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \*

\*

BERNARD (Henri), CHEVALLAZ (André), GHEYSSENS (Roger) e DE LAUNAY (Jacques). — *Os arquivos da segunda guerra mundial*. [Les dossiers de la seconde guerre mondiale]. Tradução de Vasco Pulido Valente. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1969. 262 páginas. (Enciclopédia de Bolso Difel).

O presente volume, editado pela Difusão Européia do Livro em convênio com a Livraria Bertrand, de Lisboa, foi publicado sob os auspícios da Comissão Internacional do Ensino da História que, para tal fim, convidou quatro historiadores, todos especialistas nos seus respectivos domínios, capazes todos de uma contribuição positiva para traçar as linhas mestras dessa “história definitiva”, que tão cedo não poderá ser escrita, da segunda guerra mundial. Henri Bernard (“As batalhas decisivas”) mostra em que datas precisas e em que condições os movimentos ofensivos das forças do Eixo foram detidos. Dá ênfase à evolução do armamento e das técnicas aeronavais, evolução que veio permitir operações de grande envergadura de um estilo completamente nôvo. Georges André Chevallaz (“As grandes conferências diplomáticas”) examina o sentido dos acontecimentos diplomáticos, as causas distantes da guerra e identifica os grandes fatos dilomáticos que permitiram o desenvolvimento da guerra na Europa (Pacto germano-soviético) e no sudeste asiático (Pacto nipo-soviético). A análise que faz das grandes conferências interaliadas permite descobrir quais foram as grandes decisões que refizeram o mapa do mundo, assim como as intenções que as motivaram. Roger Gheysens (“O verdadeiro papel da espionagem”), pondo de parte as histórias rocambolescas, mais ou menos imaginárias ou romanceadas, tenta apurar qual foi o verdadeiro papel da espionagem no decurso da guerra. Faz o inventário dos fatos de veracidade confirmada e explica como é que a luta dos serviços de informação se desenvolveu através da utilização de meios técnicos aperfeiçoados de codificação e decifração. E demonstra também porque é que o problema crucial da crítica das informações não recebeu nenhuma solução satisfatória. Finalmente, Jacques de Launay (“A guerra psicológica”) tenta precisar as razões que levaram os novos meios de comunicação (rádio, imprensa) a desempenhar um papel inteiramente nôvo na guerra, fazendo as populações civis participarem dela, como nunca havia ocorrido. O seu ensaio sôbre a guerra psicológica, respectivas vitórias e derrotas,

abre uma via que merecia, talvez mais do que nenhuma outra, ser melhor estudada e pesquisada. Em resumo — conclui o editor na apresentação — esta obra não é uma análise de todos os fatos da segunda guerra, nem uma síntese de todos os documentos conhecidos. Procura ser um arquivo em que se examina o estado atual dos nossos conhecimentos sôbre o assunto, arquivo que permitirá discernir claramente as estruturas essenciais do grande evento.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\* \*  
\*

POL (W. H. van den). — *O fim do Cristianismo convencional* [Het einde van he conventionele christendom]. São Paulo Livraria Herder. 1969. 382 páginas. Versão brasileira de Carl Laga.

Sôbre êste importante e corajoso livro que procura colocar sob novas luzes tôda uma problemática em tôrno da posição do Cristianismo no mundo atual, julgamos melhor transcrever, para a sua apreciação, as palavras seguintes do apresentador do volume: “O Professor Van de Pol acha que o que está condenado, corroído, é o convencionalismo na religião. Sob o impacto da evolução aceleradíssima em nossa maneira de pensar, de apreender, de conhecer e de nos expressar, êsse convencionalismo não sobreviverá por muito tempo, tanto mais que o processo de corrosão também se vai precipitando. Apesar do assunto tão palpitante, êste livro não é polêmico, muito menos apologético. Van de Pol, nascido no protestantismo holandês, formando no anglicanismo e atualmente um dos teólogos mais categorizados dos Países-Baixos, publicou várias obras sôbre o assunto que sua própria vida parecia indicar, ou seja a problemática Roma-Reforma. Serenamente, êle reconhece nesta obra que êsse diálogo, por mais necessário que permaneça, está até certo ponto ultrapassado pelo dramático diálogo atual entre um nôvo mundo, que nasce depressa, e tôdas as religiões cristãs, não importa sua forma, e, até, da religião em geral. Várias vêzes, porém, o professor insiste em seu ponto de partida, que é fenomenológico, descritivo e nunca propagandístico. Em compensação, seu horizonte é extremamente amplo, pois abrange os grandes sistemas filosóficos, as grandes descobertas científicas que acarretaram, mesmo que isso não se percebesse de imediato, um enfraquecimento do sistema religioso tradicional. Depois, numa análise de algumas tendências teológicas das últimas décadas em tôrno de figuras como Barth, Buber, Tillich, Robinson e os corifeus do movimento chamado de “Deus que morreu”, caracteriza a situação atual do Cristianismo. Se não é possível, desde já, prever todos os caminhos pelos quais a religião terá de enveredar, o livro terá certamente o mérito de indicar quais as veredas que não conduzem a nada. Pelas amostras que dêsse seu trabalho já temos tido em algumas publicações avulsas, podemos esperar seja mais uma dessas obras imprescindíveis na biblioteca de um professor de História.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS